ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 087 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO PEDRO ZECA D’ÁVILA (*AD HOC*)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO CARLÃO NASCIMENTO (*AD HOC*)
2ª SECRETÁRIA - DEPUTADA VERINHA ARAÚJO (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (ZECA D’ÁVILA) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o nobre Deputado Carlão Nascimento para assumir a 1ª Secretaria.
(O SR. DEPUTADO CARLÃO NASCIMENTO ASSUME A 1ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (ZECA D’ÁVILA) - Convido a ilustre Deputada Verinha Araújo para assumir a 2ª Secretaria.

(A SRª DEPUTADA VERINHA ARAÚJO ASSUME A 2ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (ZECA D’ÁVILA) - Com a palavra, a Srª 2ª Secretária para proceder à leitura da Ata.

(A SRª 2ª SECRETÁRIA PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 11:30 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (ZECA D’ÁVILA) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - Ofícios nºs: 15, 17, 24, 30, 31, 32, 33, 35, 38, 39 e 40/04, da Casa Civil, em resposta às Indicações nºs: 555, 556, 557, 562, 563, 565 e 567/04, de autoria das Lideranças Partidárias; 526/04, de autoria do Deputado Juliano Jorge; 542/04, de autoria do Deputado Ságuas; 524/04, de autoria do Deputado João Malheiros; 466/04, de autoria do Deputado Mauro Savi; Ofícios nºs: 2.358, 2.438, 2.463 e 2.468/04, da Secretaria de Infra-Estrutura, em resposta às Indicações nº 433, de autoria do Deputado Eliene; 459/04, de autoria do Deputado Carlos Brito; 492/04, de autoria do Deputado Juliano Jorge; Ofício nº 826/04, da Secretaria de Educação, em resposta à Indicação nº 454/04, de autoria da Deputada Verinha Araújo; Ofício 699/04, da Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania, em resposta à Indicação nº 585/04, de autoria do Deputado Dilceu Dal Bosco.

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D’ÁVILA) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente. Com a palavra o Deputado Nataniel de Jesus.

O SR. NATANIEL DE JESUS - Sr. Presidente, cumprimento Vossa Excelência, os demais Deputados presentes e todos que estão aqui participando, acompanhando. Quero apresentar algumas proposições:

1ª) EMENDA ADITIVA:

**Emenda aditiva ao Projeto de Lei nº
138/04, que “Dispõe sobre as Diretrizes**

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

**para a Elaboração da Lei
Orçamentária de 2005”.**

Fica aditado ao Projeto de Lei nº 138/04, que “Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2005”, artigo com o seguinte texto:

“Art. ... Destinação de recursos para construção de prédio em alvenaria, medindo aproximadamente 600m², no Município de Campo Verde, a fim de ali instalar uma incubadora de empresas”.

JUSTIFICATIVA

Não há novidade alguma quando se fala da importância das micros e pequenas empresas para a economia nacional. Além de representar 99% do total de empresas formalmente constituídas em todo o país, são chamadas muitas vezes de “colchão social”. Nos tempos mais difíceis, em meio à crise e recessão, são elas que demoram mais para demitir. Em tempos de retomada econômica, elas são as primeiras a fazer novas contratações.

Oferecer sustentabilidade e oportunidade de tornar empresas “fundo de quintal” em empresas sólidas no mercado é o objetivo desta proposição. Assim, destinar recursos a fim de construir e implantar no Município de Campo Verde uma incubadora de empresas, sem dúvida alguma, é de vital importância. O Estado, como articulador e interventor direto e indireto na economia do município, por meio de investimentos e melhorias, precisa também investir nesta região que aponta, além de crescimento visível, expectativa de futuro promissor e retorno garantido dos investimentos.

A incubadora deverá contar com uma área de 600m², dando suporte físico para cerca de 10 pequenas empresas em sistema de rodízio. A empresa terá 2 anos para se estruturar e desenvolver. Passado esse período, a empresa então dará lugar a outra, e assim sucessivamente.

Portanto, este incentivo será de grande valia a todos os cidadãos que colaboram e auxiliam nesse desenvolvimento socioeconômico, saindo do anonimato através de incentivos dados pelo Estado, gerando mais empregos, aumentando a arrecadação e, sobretudo, fomentando a circulação de mercadorias, serviços e produtos. Definitivamente, participando ativamente do processo de prosperidade de toda a região.

Pelos motivos aqui expostos, peço aos nobres Pares deste Parlamento a aprovação desta proposição.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho de 2004.

Deputado NATANIEL DE JESUS - PMDB

2ª) EMENDA ADITIVA:

**Emenda aditiva ao Projeto de Lei nº
138/04, que “Dispõe sobre as Diretrizes
para a Elaboração da Lei
Orçamentária de 2005”.**

Fica aditado ao Projeto de Lei nº 138/04, que “Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2005”, artigo com o seguinte texto:

“Art. ... Destinação de recursos para a construção de um vestiário na quadra coberta no Município de Porto Estrela”.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

JUSTIFICATIVA

O desporto tem se constituído num dos principais meios de conagraçamento, intercâmbio e formação do carácter e da personalidade do ser humano, em especial de nossas crianças e jovens.

Para se ter uma idéia, muitos são os programas desenvolvidos nesta área que têm trazido resultados positivos à sociedade, pois contribui no resgate daqueles que estão à mercê da própria sorte, perambulando pelas ruas, ociosos e sem ocupação.

No entanto, é preciso melhorar a estrutura dos espaços físicos destinados a esse fim, de forma a proporcionar as condições mínimas para a realização de eventos desportivos.

Um bom exemplo disso é a quadra coberta no Município de Porto Estrela. Ela é usada na pratica de muitos esportes, bem como em festividades e eventos comunitários locais, os quais atrai um número muito grande de pessoas que para ali se dirigem para desfrutar de momentos de descontração.

Notamos a necessidade de construir um vestiário para que os desportistas, em especial aqueles que visitam a cidade, possam realizar a troca de roupa e participar de alguma competição.

Portanto, estas são as razões que nos leva a pedir o apoio nos nobres Pares neste Parlamento na aprovação da referida emenda, que em muito vai contribuir para o desenvolvimento da cidade.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho de 2004.
Deputado NATANIEL DE JESUS - PMDB

3ª) EMENDA ADITIVA:

**Emenda aditiva ao Projeto de Lei nº
138/04, que “Dispõe sobre as Diretrizes
para a Elaboração da Lei
Orçamentária de 2005”.**

Fica aditado ao Projeto de Lei nº 138/04, que “Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2005”, artigo com o seguinte texto:

“Art. ... Destinação de recursos para construção e implantação de espaço de múltiplo uso, com salas, salões, quadras e outras dependências comunitárias, no Município de Porto Estrela”.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Estadual determina no art. 10 que: “O Estado de Mato Grosso e seus Municípios assegurarão, pela lei e pelos atos dos agentes de seus Poderes, a imediata e plena efetividade de todos os direitos e garantias individuais e coletivas (...)”.

O Município de Porto Estrela conta, de acordo com o censo de 2000, com 4.679 habitantes. A fim de proporcionar meios que venham propiciar integração entre estes moradores, dando-lhes um espaço de entretenimento, entrelaçamento e intercâmbio, é que proponho esta emenda.

Este espaço, denominado de múltiplo uso, contará com quadra poliesportiva, salão comunitário, salas para realização de diversos cursos e demais atividades que dêem entretenimento, lazer e que venham interagir com a comunidade como um todo. Integração, por sua vez, é algo que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

este município necessita, pois segundo o censo, de 1996 a 2.000, a população encolheu 0,38%, se tornando um município de emigração.

As pessoas em vez de virem para o município e serem parceiros no crescimento da cidade, estão saindo, migrando para outras localidades, para lugares que oferecem lazer aos seus filhos, condições de crescerem de forma saudável, que oferecem infra-estrutura. Sinteticamente, que tenham condições de dar uma vida melhor ao seu povo.

Sendo assim, peço aos nobres Pares deste Parlamento, a aprovação desta proposição, para mudar este triste quadro de descaso e descontentamento dos moradores de Porto Estrela, de modo a garantir a aplicabilidade de medidas de interesse coletivo, de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social da comunidade.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho de 2004.

Deputado NATANIEL DE JESUS - PMDB

4ª) EMENDA ADITIVA:

**Emenda aditiva ao Projeto de Lei nº
138/04, que “Dispõe sobre as Diretrizes
para a Elaboração da Lei
Orçamentária de 2005”.**

Fica aditado ao Projeto de Lei nº 138/04, que “Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2005”, artigo com o seguinte texto:

“Art. ... Destinação de recursos para a construção de um poço artesiano no Município de Porto Estrela.”

JUSTIFICATIVA

Porto Estrela é um município que se encontra em fase de crescimento. É uma cidade que busca o desenvolvimento em todas as áreas de atividades. Essa busca reflete o interesse da população em consolidar os meios necessários ao seu bem-estar social, implementando as obras que proporcionem a melhoria de sua qualidade de vida.

Nesse campo, não podemos esquecer aquelas obras que estão diretamente ligada à saúde dos habitantes, como, por exemplo, a questão da água tratada. A cidade hoje não desfruta de uma estrutura adequada nesse sentido, daí a necessidade de que ali seja perfurado um poço artesiano, que, certamente, além de resolver esse problema de falta de água tratada, ainda resultará em mais saúde para o povo.

Nossa emenda, portanto, visa beneficiar a comunidade do município como um todo, revertendo esse quadro de grande dificuldade e escassez de água que acontece na cidade, principalmente nas áreas mais periféricas, onde estão as famílias mais carentes e que passam por este problema de maneira ainda mais dramática.

Esta é uma emenda de extrema importância para Porto Estrela, por isso é que peço a anuência dos nobres Pares neste Parlamento para aprova-la e, assim, atender os anseios daquela laboriosa comunidade.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho de 2004.

Deputado NATANIEL DE JESUS - PMDB

5ª) MOÇÃO DE LOUVOR: Nos termos do art. 272, alínea “i”, da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

registrada nos anais e encaminhada a presente Moção de Louvor ao pastor Marcos Pereira da Silva, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO representando o pensamento do povo mato-grossense, por seus membros e a requerimento do Deputado Nataniel de Jesus, tem a honra de parabenizar e louvar o pastor Marcos Pereira da Silva, pelos relevantes serviços prestados a sociedade, levando a palavra de Deus Pai todo Poderoso àqueles que se encontram fragilizados pela vida cotidiana e estão dispostos e de coração aberto a receber o Salvador, mesmo estando encarcerados em uma das diversas casas penitenciárias do país, especialmente as situadas no Rio de Janeiro. Por este brilhante trabalho de fé, que reflete o espírito de Deus em suas famílias, na recuperação daquelas vidas, recolocando-os no convívio social, as mais honrosas e justas homenagens do Parlamento e do povo mato-grossense.

JUSTIFICATIVA

A palavra de Deus, levada aos mais remotos confins da terra, é sustentada pela bravura e coragem de verdadeiros heróis da fé. Homens que deixam tudo em favor do próximo, daqueles que sofrem, gemem e sentem na pele o que é viver sem a presença de Deus.

O pastor Marcos Pereira da Silva, 47 anos, residente no Município do Rio de Janeiro, vem desde a década de 90, momento que fundou uma igreja, pregando o Evangelho e falando do que é viver com Cristo Jesus. Hoje, o pastor mantém, além de várias igrejas espalhadas pelo Rio de Janeiro e outros da Federação, um centro de recuperação para 150 pessoas, a maioria ex-criminosos convertidos que passam a pregar em boates, presídios, delegacias e favelas.

Há 14 anos, o pastor evangélico, juntamente com uma equipe de missionários, composta por ex-detentos e ex-traficantes, realiza esta importante obra. Nesta caminhada rumo a conversão de pessoas ao Evangelho, eles vão aos presídios orar, pregar as maravilhas que o Senhor Jesus pode e faz na vida das pessoas, mesmo estando elas nestas condições. Transformação e nascer de novo pela água e pelo sangue de Jesus, por mais que aos olhos humanos isto seja impossível. Contudo, não há nada impossível para Deus.

Por evangelizar e orar nesses presídios, em dezembro de 2001, o pastor ajudou a terminar com uma rebelião na Casa de Custódia de Moniz Sodré, em Bangu. Pois este trabalho o aproxima de maneira significativa com o cotidiano e a realidade dessas pessoas que pagam à sociedade com sua liberdade seus atos infracionais, sejam quais forem. Em abril de 2002, ele atuou em um motim na Casa de Custódia Jorge Santana, no complexo de Bangu. No mesmo ano foi chamado também para resolver uma rebelião na Casa de Custódia Bangu V.

No dia 6 desde mês, mais uma vez, o pastor foi o intermediário numa rebelião, desta vez, na Casa de Custódia de Benfica, quando foi chamado pelo Secretário de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Antony Garotinho, e conduziu as negociações com os amotinados, quando novamente alcançou pleno êxito, para honra e glória de Nosso Senhor.

São estes, pois, os motivos pelo qual peço a aprovação da presente moção aos nobres Pares deste Parlamento.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho de 2004.
Deputado NATANIEL DE JESUS - PMDB

Falando assim quase ninguém vai saber quem é esse homem. Esse homem é aquele que apareceu em uma reportagem no Fantástico há uns dias atrás. Ele foi convidado pelo Secretário de Segurança do Estado, Antony Garotinho, do Rio de Janeiro, para interceder, interferir diretamente, num motim que acontecia numa casa de detenção no Rio de Janeiro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

É interessante ressaltar aqui a participação deste homem, deste pastor. Muitas vezes o pastor vai ao presídio, a uma casa de custódia, a uma delegacia, a um presídio e tem seu trabalho impedido de ser feito. O trabalho que um pastor faz de evangelização dentro de uma penitenciária é de suma importância. Ele está ali tratando junto com o Estado da reabilitação daquele cidadão que muitas vezes é lançado fora da sociedade, é jogado dentro de um xadrez, sem as mínimas condições.

Esse pastor Marcos Pereira da Silva, eu gostaria muito que recebesse ele, Sr. Presidente, uma Moção de Louvor. Não que os homens de Deus, os pastores queiram receber títulos, mas nós precisamos prestigiar o seu trabalho, como dos demais pastores, missionários, que fazem esse trabalho tão perigoso aos olhos humanos. Mas aquele que gosta de pregar, aquele que gosta de levar a palavra de Deus ao necessitado, sente-se dignificado. Por isso, apresento Moção de Louvor ao pastor Marcos Pereira da Silva, que tem feito um belo trabalho na custódia, no Rio de Janeiro, em Benfica.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Por enquanto é só.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, o Deputado Da Silva.

O SR. DA SILVA - Sr. Presidente, Mesa Diretora, Deputada Verinha Araújo, assistência que nos honra com sua presença, hoje eu trago uma matéria um pouco diferenciada das demais. Estou trazendo uma matéria para ser apreciada pelos nossos Pares, nossos colegas, com relação ao Exército Brasileiro, ao Sr. General de Exército Francisco Roberto de Albuquerque.

INDICAÇÃO: Ao Exmº Sr. Comandante-Geral do Exército Brasileiro, General de Exército Francisco Roberto de Albuquerque, indicando e reivindicando melhorias gerais e de modo especial na política salarial da tropa, primordialmente para os contingentes destacados em áreas de fronteira.

Com fundamento no que dispõe o art. 245, II, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, após a manifestação favorável do soberano Plenário, solicito o envio deste expediente legislativo à autoridade supramencionada, por meio do qual indico e reivindico a urgente necessidade da elaboração de estudos e ações administrativas visando a melhorias nas condições gerais de trabalho e de assistência à tropa e seus familiares, especialmente com relação à questão salarial, dando prioridade ou preferência para os contingentes destacados em áreas de fronteira, considerando que estes bravos e valorosos soldados, mais do que outros componentes do glorioso Exército Brasileiro, sofrem as agruras peculiares e típicas de áreas isoladas do vasto território nacional.

JUSTIFICATIVA

Nenhum segmento da sociedade desconhece as dificuldades sociais e econômicas que há longo tempo penaliza o bravo povo brasileiro, especialmente a classe trabalhadora e, de modo mais incisivo, o servidor público, seja ele da esfera federal, estadual ou municipal. No âmbito do funcionalismo público federal, a categoria dos militares, indiferente de arma ou mesmo de patente ou graduação, é possivelmente a que mais sofre e a que menos traz seus problemas à luz do conhecimento público, tendo em vista razões óbvias de hierarquia e disciplina. E dentro desse universo particular de agruras sofre mais ainda os grupos de graduados hierarquicamente subalternos e os destacados para servir em áreas de fronteira ou em inóspitos e selvagens rincões da Amazônia brasileira.

Apesar do visível quadro de dificuldades o moral, o desejo de bem servir à Pátria é largamente predominante no caráter e no comportamento de todos os militares do Exército nacional. Contudo é imperioso reconhecer e destacar que questões como nível salarial e condições gerais de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

vida e trabalho afetam de modo abrangente e crucial o cotidiano do soldado e da família militar. E isso, de certa forma, ao ser amplamente visualizado pela sociedade civil, tem servido de contingenciamento para o recrutamento de jovens para a honrosa carreira militar.

A avassaladora queda na condição e qualidade de vida do militar, aqui apenas retratada a situação dos integrantes do Exército brasileiro, sem dúvida, pode ser interpretada e entendida, com as ressalvas devidas, quase como um problema social. Portanto, um panorama que foge à restrita circunscrição da tropa, existindo, inclusive, posições teóricas extremadas, porém contidas, que falam em situação caótica.

Certamente, nem de longe essa situação pode ser assim entendida e muito menos aceita. Problemas variados existem e requerem soluções de curto, médio e longo prazo. E o alto comando da corporação, com o mais claro e retilíneo conhecimento e a sabedoria de saber comandar, envidará os esforços necessários para a resolução dos mesmos, pois sabem os respeitáveis comandantes das elevadas responsabilidades constitucionais que pesam e que estão afetadas à valorosa tropa do glorioso Exército Brasileiro.

Cumpre-me, todavia, lembrar aos Srs. Comandantes do Exército Brasileiro dispensar especial atenção aos problemas vivenciados pelos bravos soldados que servem à nossa amada Pátria em áreas de fronteira, como o respeitável 2º Batalhão de Fronteira (2ºBFRON), sediado em Cáceres-MT, e em outras regiões afastadas da Amazônia brasileira.

Assim, diante do exposto, cabe-me indicar, e com o mais elevado respeito, solicitar do Comando-Geral do Exército Brasileiro, na pessoa do Sr. General de Exército Francisco Roberto de Albuquerque, a gentileza de determinar os estudos e as avaliações julgadas cabíveis, com o objetivo de reverter um quadro de dificuldades, certamente momentâneas, que sacrificam em demasia a sobrevivência, o trabalho e qualidade de vida desses valorosos brasileiros que servem à Pátria, sem medir esforços e sem tergiversar no cumprimento de seu honroso dever. Para tanto, submeto à elevada apreciação de meus distintos Pares a presente proposição legislativa, aos quais peço, nesta oportunidade, o devido apoio para que a mesma seja acolhida e aprovada.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho de 2004.

Deputado DA SILVA - PSB

As tropas nas regiões de fronteira vêm sofrendo muito. Sabemos que o militar que mora no destacamento paga para morar no destacamento, defendendo a Pátria. Sabemos que a família miliciana vem sofrendo ao longo dos anos uma perda irreparável nos seus subsídios, no seu salário. Sabemos da redução, também, do número de recrutas que poderão ingressar ou que estejam ingressando no Exército Brasileiro, uma redução de um ano para seis meses. Sabemos das dificuldades, das agruras que esses militares que garantem a soberania nacional estão atravessando nesse período crítico. Sabemos que, também, há toda uma situação do povo brasileiro, do trabalhador brasileiro, mas o Exército Brasileiro tem que, por motivos disciplinares, se manter calado, sem nada poder reclamar.

Neste momento, nós estamos apresentando esta Indicação e pedimos apoio de todos os Deputados no sentido que possa chegar ao comando maior do Exército Brasileiro para que seja revista esta situação, principalmente na região de fronteira, em especial na nossa região, o nosso glorioso 2º BEFRON, para que possamos sanear ou minimizar o sofrimento da família miliciana.

Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O S R. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, o Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Deputados, gostaria apenas de fazer, mais uma vez, o convite para a Audiência Pública de hoje, às 14:00 horas, na

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

Câmara Municipal de Várzea Grande, onde estaremos reunidos para discutir o PPA e a LDO. Faço questão de convidar a todos para que possamos ter o maior número de Deputados possíveis nessa Audiência Pública.

Além disso, na próxima segunda-feira, às 19:00 horas, teremos mais uma Audiência Pública para tratar do mesmo assunto, da LDO e do PPA, na cidade de Cáceres, na Câmara Municipal daquela cidade. É muito importante a participação dos Srs. Parlamentares e da Sr^a Parlamentar, também.

Na terça-feira, às 09:00 horas, como ficou decidido no dia de ontem, teremos aqui a presença do Secretário de Estado de Fazenda que virá cumprir uma determinação da Lei, primeiro, de entregar o Relatório do primeiro quadrimestre do ano de 2004. A presença dele também em Audiência Pública para que faça essa prestação de contas, ou seja, o Relatório desses quatro primeiros bimestre.

Em que pese ser uma responsabilidade do Governo fazer isso, o mesmo não vem cumprindo com essa determinação.

A Deputada Verinha Araújo apresentou um Requerimento solicitando a presença do Secretário, e, mesmo fora da época do Secretário comparecer, ele marcou para a próxima segunda-feira. O que nós temos que ver é que, daqui para frente, se torne uma rotina. O Secretário tem que comparecer aqui no mês de maio, no mês de setembro e no mês de fevereiro para fazer as devidas prestações de conta, rever a questão de como está o desenvolvimento de cada meta que foi estabelecido no Plano Plurianual e no Orçamento.

Portanto, teremos aqui a presença do Secretário de Fazenda, já confirmada, para terça-feira às 09:00 horas.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Sr. Presidente, ontem nós tivemos aqui nesta Casa a primeira audiência pública com relação à discussão da LDO para o ano de 2005, aliás, a segunda, porque a primeira foi em Vila Rica.

Interessante que, analisando as metas de 2003, a avaliação das metas de 2003, constatamos no próprio relatório do Governo do Estado que a meta de receitas não financeiras, estabelecida na Lei Orçamentária Anual, ultrapassou 16% além daquilo que foi orçado, assim como a despesa ultrapassou 12%. Então, na verdade, houve uma sobra de recurso no ano de 2003, no próprio relatório que o Governo enviou a esta Casa para a discussão da LDO para o ano de 2005.

Quando eu protocolei no Ministério Público, na terça-feira, uma representação para que o Governo do Estado cumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal, ocorre que o Governo não vem cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, ele não tem vindo a esta Casa prestar contas da arrecadação, das despesas e do relatório quadrimestral.

Eu, como Deputada, já que está marcada para terça-feira de manhã a audiência pública, já cumprindo aquilo que estamos cobrando no Ministério Público, gostaria de estar recebendo com antecedência de três dias esse relatório. Não tem como fazer audiência pública na terça-feira pela manhã sem que os Deputados tenham anteriormente esse relatório de prestação de contas. Estou aguardando já a partir de ontem. São três dias antes da audiência. Se a audiência não cumprir o dispositivo da lei, ela não tem validade. Por isso a nossa representação no Ministério Público.

Nós não devemos aqui ter reunião com Deputados, reunião fechada. A reunião tem que ser aberta. Por isso é importante termos esses dados, porque estamos aqui com uma categoria, que são os papiloscopistas. A tabela está protocolada nesta Casa já há praticamente trinta dias e até o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

momento eles estão solicitando negociações com o Secretário de Governo, o Secretário de Segurança não os recebe. O Secretário de Administração ficou de agendar uma reunião até hoje e parece que estão aguardando, ainda não tem confirmação, e eles querem, inclusive, ser recebidos pelo próprio Governador.

Por isso eles estão nesta Casa para que a Assembléia Legislativa faça essa interlocução, haja essa reunião com o Governador. Nós cobramos isso com o Governador.

Sr. Presidente, Vossa Excelência mesmo esteve conosco lá no dia do papiloscopistas, estivemos lá no órgão, onde hoje faz o trabalho respectivo com as pessoas de registro, e constatamos as condições daquele órgão. Vossa Excelência constatou, inclusive, as condições de trabalho que eles têm para desenvolver as suas atividades. E aqui eles vêm, mais uma vez a esta Casa, pedir o apoio dos Deputados para que façamos essa interlocução com o Governo, pedem para que o Governo os receba, para que negociem, porque 7,67% não recompõem as perdas. Eles já foram prejudicados no ano passado, tendo em vista que não tiveram o mesmo percentual que a polícia civil teve. Sendo assim, eles estão com os salários achatados, arrojados, e pedem o apoio desta Casa.

Portanto, eu peço o apoio dos Deputados para que nos coloquemos ao lado deles.

Para apresentar uma Moção de Solidariedade:

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE: Com fulcro no art. 272, “i”, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, requero, depois de ouvido o soberano Plenário, a concessão de Moção de Solidariedade ao Ministério Público a ser encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília.

JUSTIFICATIVA

Nos países desenvolvidos, o Ministério Público tem sido um dos pilares da moralidade e, conseqüentemente, do legítimo interesse público. Através de sua atuação, tem sido possível conter a sangria de recursos públicos e acabar com o ciclo da impunidade, mal que alimenta todas as formas de corrupção. Não tem sido diferente no Brasil. Graças a atuação do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos Estaduais, o País vem conseguindo conter a evasão de recursos que se perdiam no imenso sorvedouro do ralo da corrupção. Conhecidas personalidades que costumeiramente freqüentavam os holofotes da fama, graças a um luxo sustentado pelo dinheiro público, obtido ilicitamente, hoje não figuram mais nas colunas sociais, mas sim nas páginas policiais, graças à autonomia do Ministério Público em promover investigações. É esta autonomia que tem proporcionado prisões e processos em andamento de casos notórios, como os que levaram à condenação do ex-Deputado Hildebrando Pascoal, do Acre, pelo assassinado e esquartejamentos de adversários; do juiz Nicolau dos Santos Neto, pelo superfaturamento das obras do TRT-SP e das investigações da chamada Operação Vampiro, que desbarataram uma quadrilha que faturava milhões de reais através do superfaturamento de hemoderivados, só para citar alguns exemplos.

Porém, esta autonomia, um bem tão precioso para a democracia brasileira, está sob risco. Uma votação que está em curso no STF, e que deve ser retomada em agosto, pode colocar fim à autonomia do Ministério Público na iniciativa do ato investigativo. Caso isso aconteça, diversos destes processos que resultaram em condenações, ou que estão em curso, podem ser anulados. Com isso, o Brasil se igualaria a algumas das legislações mais atrasadas do mundo. Na Europa, por exemplo, a legislação dos países mais desenvolvidos consagra o poder investigativo do MP.

Na opinião de importantes juristas e formadores de opinião deste País, inexistente na Constituição Federal um claro impedimento à investigação pelo Ministério Público. O art. 129 atribui privativamente ao MP a promoção de ações penais públicas. Se as ações penais devem ser

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

precedidas de investigações criminais, é fácil concluir pela aceitabilidade do princípio de que quem pode o mais (promover a ação penal), pode o menos (a investigação). É em função destes fatos que a Assembléia Legislativa de Mato Grosso deve dar sua demonstração de solidariedade ao Ministério Público, aprovando a presente Moção.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho 2004.

Deputada VERINHA ARAÚJO - PT.

Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE(ZECA D'ÁVILA) - Sobre a mesa, duas emendas de autoria do Deputado Riva:

1ª) EMENDA ADITIVA:

**“Adita ao Projeto de Lei nº 138/04,
Mensagem nº 32/04, de autoria do
Poder Executivo.**

Fica aditado ao Projeto de Lei nº 138/04, Mensagem nº 32/04, o seguinte artigo:

‘Art. 12-B A Lei Orçamentária discriminará dotação orçamentária para atender a alteração da Lei nº 8.064, de 30 de dezembro de 2003, no programa Intercâmbio e Integração Cultural.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda aditiva tem como objetivo alterar o projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2005, com a inclusão de modificações promovidas na Lei nº 8.064, de 30 de dezembro de 2003.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho 2004.

Deputado RIVA - PTB”

2ª) EMENDA ADITIVA:

**“Adita ao Projeto de Lei nº 138/2004,
Mensagem nº 32-A/04, de autoria do
Poder Executivo.**

Fica aditado à Mensagem nº 32/04, Projeto de Lei nº 138/2004, o seguinte Projeto, com a redação constante dos Anexos da presente emenda.

JUSTIFICATIVA

Diante das grandes mudanças políticas e das expectativas que supram às desigualdades sócio-culturais, faz-se necessário compreender a cultura como um poderoso instrumento de nossas identidades.

Em virtude de termos assumido a Secretaria de Estado de Cultura em 13 de maio de 2004, e visando o cumprimento do Plano de Ação apresentado ao Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, anexamos nossos novos projetos para serem incluídos no Plano Plurianual - PPA-2004/2007 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO/2005.

1º BRASIL CENTRAL

Descrição:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

Circulação da produção cultural e artística da região Centro-Oeste e Tocantins, incluindo apresentações de *shows* musicais, teatro, dança, cultura popular, circo, artes plásticas, cinema e vídeo, fóruns, debates, encontros e outras atividades.

Objetivos:

1. Dar visibilidade à produção cultural de Mato Grosso;
2. divulgar e valorizar o trabalho de artistas e produtores culturais de Mato Grosso;
3. estimular o intercâmbio e a integração através de atividades como fóruns, debates e palestras;
4. contribuir para a elaboração e a formulação de políticas públicas em favor do desenvolvimento cultural e artístico da região Centro-Oeste.

Projetos para 2004/2005:

Manifestações culturais de Mato Grosso serão levadas para os principais eventos da região Centro-Oeste e Tocantins (Agenda do Brasil Central). A saber: Festival Goiânia em cena (GO); Festival de Inverno de Bonito (MS); Festival América do Sul (MS); Festival da Chapada (MT); Festival de Cinema de Brasília (DF); Salão de Artes Visuais de Goiás (GO); e Festival de Tradições Folclóricas e Cultura Popular de Santo Rosa no Tocantins.

Programa de rádio Brasil Central:

Será produzido e veiculado um programa do Brasil Central com informações sobre a agenda cultural da Região, transmitido em cadeia pelas emissoras de Rádio da Rede Radiobrás, em Brasília, será a cabeça de rede e, os demais Estados, ficarão responsáveis pela produção de 20 minutos de programação com informações, entrevistas e músicas. Data de estréia: 27 de julho de 2004.

Porta Virtual:

Terá como objetivo a divulgação das atividades dos estados da região Centro-Oeste e Tocantins.

Custo para o Estado de Mato Grosso (2005): R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil Reais).

2º CORO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Composição:

28 cantores profissionais, 1 co-repetidor (pianista), 1 professor de canto, 1 secretário, 1 montador e 1 maestro.

Seleção:

Inscrições serão abertas para profissionais do Estado de Mato Grosso, selecionados por banca examinadora composta pelo maestro, pelo professor de canto e pelo coordenador de 'Artes Integradas', da Secretaria de Estado da Cultura.

Prova de seleção:

Análise de currículo:

Execução de uma peça de livre escolha (ária antiga, de oratório, cantata, de ópera, lied, ou chanson);

Execução de um *vocalise* de confronto, entregue no ato da inscrição;

Leitura à primeira vista;

Prova de conjunto (quarteto) entregue no ato da inscrição.

Custo para o Estado de Mato Grosso:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

FUNÇÃO	SALÁRIO	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
Maestro	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
Professor de canto	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
Co-repetidor	R\$ 700,00	R\$ 700,00	R\$ 8.400,00
Cantores (28)	R\$ 700,00	R\$ 19.600,00	R\$ 235.200,00
TOTAL		R\$ 23.300,00	R\$ 279.600,00

3º PROJETO PIXINGUINHA

Descrição:

Circulação da música popular em todos os estados brasileiros. Os espetáculos percorrem as capitais e algumas grandes cidades de Norte a Sul do Brasil. Os circuitos ocorrerão simultaneamente, a cada mês, nas 27 capitais e em mais 04 (quatro) cidades estratégicas. Esta proposta é uma parceria entre a União, os Estados e os Municípios.

Objetivo:

Realizar o intercâmbio com outros Estados, possibilitando uma interação entre os artistas regionais e os dos grandes centros.

Custo para o Estado de Mato Grosso (2005):

R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais)

4º FEIRA INDÍGENA

Descrição:

Encontro, exposição dos produtos artesanais, apresentações de cerimônias e jogos dos povos indígenas de Mato Grosso.

Objetivos:

1. Dar visibilidade à produção cultural indígena do Estado de Mato Grosso;
2. divulgar e valorizar o trabalho de artistas e produtores culturais indígenas;
3. estimular o intercâmbio e a integração dos povos indígenas através de atividades como fóruns, debates e palestras;
4. contribuir para a elaboração e a formulação de políticas públicas em favor do desenvolvimento dos povos indígenas mato-grossenses;

Custo para o Estado de Mato Grosso (2005):

R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais)

5º CUIABÁ 300 ANOS

Descrição:

Restauração e revitalização do Centro Histórico de Cuiabá, tombado na década de 1990 pela União através do Decreto Lei nº 25/37.

Objetivo:

Restaurar todo o Centro Histórico Cuiabano no período de 2004/2019, ano do seu tricentenário.

Custo para o Estado de Mato Grosso (2005):

R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

ANEXO I

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

PROGRAMA		Intercâmbio e Integração Cultural				
OBJETIVO DO PROGRAMA		Atender a demanda da sociedade que carece de atividades culturais, resultando numa inteiração desse mercado e conseqüentemente numa transformação social				
Projeto/Atividade		2004	2005	2006	2007	Total
		(Qt/Valor)	(Qt/Valor)	(Qt/Valor)	(Qt/Valor)	(Qt/Valor)
PROJETO	1º Brasil Cultural		1	1	1	3
Objetivo Específico	Dar visibilidade à produção cultural de Mato Grosso					
Meta Física	Participação em festivais no Centro-oeste		R\$500.000,00	R\$500.000,00	R\$500.000,00	R\$1.500.000,00
Unidade de Medida	Unidade					
Regionalização	Todo o Estado					

ANEXO II

PROGRAMA		Intercâmbio e Integração Cultural				
OBJETIVO DO PROGRAMA		Atender a demanda da sociedade que carece de atividades culturais, resultando numa inteiração desse mercado e conseqüentemente numa transformação social				
Projeto/Atividade		2004	2005	2006	2007	Total
		(Qt/Valor)	(Qt/Valor)	(Qt/Valor)	(Qt/Valor)	(Qt/Valor)
		03				03
PROJETO	Cuiabá 300 Anos		01	01	01	03
Objetivo Específico	Resgatar e revitalizar o Centro Histórico de Cuiabá					
Meta Física	Restaurar todo o Centro Histórico Cuiabano no período de 2004-2019		R\$1.500.000,00	R\$1.500.000,00	R\$1.500.000,00	R\$4.500.000,00
Unidade de Medida	Áreas restauradas					
Regionalização	Cuiabá					

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

ANEXO III

PROGRAMA		Intercâmbio e Integração Cultural				
OBJETIVO DO PROGRAMA		Atender a demanda da sociedade que carece de atividades culturais, resultando numa inteiração desse mercado e conseqüentemente numa transformação social				
Projeto/Atividade		2004	2005	2006	2007	Total
		(Qt/Valor)	(Qt/Valor)	(Qt/Valor)	(Qt/Valor)	(Qt/Valor)
		03				03
PROJETO	Feira Indígena		01	01	01	03
Objetivo Específico	Encontro e exposição da cultura indígena					
Meta Física	Dar visibilidade à produção cultural indígena		R\$ 700.000,00	R\$ 700.000,00	R\$ 700.000,00	R\$2.100.000,00
Unidade de Medida	Unidade					
Regionalização	Todo o Estado					

ANEXO IV

PROGRAMA		Intercâmbio e Integração Cultural				
OBJETIVO DO PROGRAMA		Atender a demanda da sociedade que carece de atividades culturais, resultando numa inteiração desse mercado e conseqüentemente numa transformação social				
Projeto/Atividade		2004	2005	2006	2007	Total
		(Qt/Valor)	(Qt/Valor)	(Qt/Valor)	(Qt/Valor)	(Qt/Valor)
		03				03
PROJETO	Projeto Pixinguinha		01	01	01	03
Objetivo Específico	Circulação da música popular em todos os Estados brasileiros					
Meta Física	Realizar espetáculos nas capitais		R\$ 720.000,00	R\$ 720.000,00	R\$ 720.000,00	R\$2.160.000,00
Unidade de Medida	Unidade					
Regionalização	Todo o Estado					

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

ANEXO V

PROGRAMA		Intercâmbio e Integração Cultural				
OBJETIVO DO PROGRAMA		Atender a demanda da sociedade que carece de atividades culturais, resultando numa inteiração desse mercado e conseqüentemente numa transformação social				
Projeto/Atividade		2004	2005	2006	2007	Total
		(Qt/Valor)	(Qt/Valor)	(Qt/Valor)	(Qt/Valor)	(Qt/Valor)
		03				03
PROJETO	Coro do Estado de Mato Grosso		01	01	01	03
Objetivo Específico	Possibilitar o acesso dos profissionais da música na execução de suas atividades					
Meta Física	Realizar festivais de coro		R\$ 279.600,00	R\$ 279.600,00	R\$ 279.600,00	R\$ 838.800,00
Unidade de Medida	Unidade					
Regionalização	Todo o Estado					

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho de 2004.
 Deputado RIVA - PTB”

Ainda sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Deputado Juliano Jorge:
 1º) PROJETO DE LEI:

“Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas responsáveis por serviços de água, luz, telefone ou similar, manterem nos domicílios onde prestam serviços programas de assistência social.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam obrigadas a manter programas de assistência social, as empresas responsáveis por serviços de água, luz, telefone ou similar, nos domicílios onde prestam serviços.

Art. 2º Fica a critério da empresa a escolha do programa, conforme a necessidade prioritária do município.

Art. 3º Para a determinação dessa necessidade, deverão ser efetuados contatos com as autoridades locais nos diversos âmbitos de assistência social.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A assistência social é uma necessidade básica em nosso Estado. Apesar da ação governamental e de algumas ONGs, a situação continua crítica, exigindo atitudes rigorosas e urgentes.

As empresas que detêm os serviços de água, luz, telefone ou similares, devem buscar mecanismos para agir em benefícios das comunidades, dando assim sua contribuição.

O objetivo deste projeto é promover ações para enfrentar as fragilidades de determinados segmentos da sociedade, visando à elevação do patamar mínimo de atendimento às necessidades básicas da população do Estado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho de 2004.
Deputado JULIANO JORGE - PL”

2º) PROJETO DE LEI:

**Autoriza o Poder Executivo a instalar
Delegacia Especializada de Defesa dos
Direitos da Criança e do Adolescente
no Município de Cuiabá.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instalar Delegacia Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente no Município de Cuiabá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A instalação da Delegacia de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente atende a uma reivindicação da sociedade que não agüenta mais conviver com tanta atrocidade cometida contra a criança e o adolescente.

Tendo como área de atuação o Município de Cuiabá, a especializada terá também a atribuição exclusiva de investigar e apurar os crimes praticados contra crianças e adolescentes.

Em 18 de maio de 2004, em audiência pública realizada nesta Casa, muitas reivindicações ficaram registradas para se combater o abuso, a exploração e a violência sexual à crianças e adolescentes. Durante esse evento o promotor de Justiça da Vara de Infância e Adolescência, José Antônio Borges Pereira, voltou a reforçar a necessidade da implantação de Delegacias Especializadas de Defesa de Crianças e Adolescentes para oferecer um trabalho específico com psicólogos e sociólogos, como já acontece em outros Estados.

A violência contra a criança é um dos crimes mais perigosos que uma sociedade pode enfrentar, porque é silencioso, uma vez que a criança ainda não sabe reivindicar seus direitos.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 23 de junho de 2004.
Deputado JULIANO JORGE - PL

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

Também sobre a mesa, Moção de Aplausos de autoria do Deputado Zeca D'Ávila:
MOÇÃO DE APLAUSOS: Com fundamento no que preceitua o art. 272, alínea "I", do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora que seja enviada Moção de Aplausos à família da Dr^a Vera Lúcia Pacheco de Campos, pela realização da tradicional festa de São João Batista, São Benedito e Santa Rita de Cássia, no Bairro do Porto, nesta Capital, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por meio dos deputados que a compõem, legítimos representantes do povo mato-grossense, envia à família da Dr^a Vera Lúcia Pacheco de Campos, Moção de Aplausos pela realização da tradicional festa de São João Batista, São Benedito e Santa Rita de Cássia, no Bairro do Porto, nesta Capital.

JUSTIFICATIVA

A realização desses festejos começou no século XIX, por iniciativa da família José Poli (Pepino) e Anália Correia Poli (Vidoca), moradores do secular Bairro do Porto, que teve continuidade por meio de seu genro e filha Mandel Felizardo de Campos Filho e Alaíde Pacheco de Campos, e hoje, após 100 (cem) anos, por sua neta e filha Dr^a Vera Lúcia Pacheco de Campos, que mesmo residindo na cidade do Rio de Janeiro, desloca-se para cá com o único fito de cumprir a tradição de seus avós e pais, recebendo o apoio total de seus familiares.

No contexto da cuiabania, esse evento reveste-se de alta significação, pois tem como objetivo principal reunir as suas tradicionais famílias do Bairro do Porto, bem como receber àqueles que para cá vieram dos mais distantes rincões de nossa Pátria e do mundo inteiro.

No aconchego da varanda de sua casa, tipicamente cuiabana, são oferecidas deliciosas iguarias de nossa culinária, tais como: bolo de arroz, bolo de queijo, francisquito e broinhas típicas das festas juninas.

No alvoroço que transforma aquele varandão secular, o rasqueado cuiabano faz-se ouvir por várias quadras, e renasce em cada um de nós o sentimento nativista que não deixará morrer tradições como essas que são marcos da nossa cultura popular.

No vai-e-vem de pessoas das mais diversas classes sociais, famílias como os Pacheco, os Campos, os Nadaf, os Moreira, os Arrudas, os Monteiro da Silva, os Monte Cruz, os Moura, os Souza, os Padilha, os Silanos, os Oliveira, os Silva, os Costa e os Vuolo se confraternizam e as saudades transformam-se numa nuvem passageira para cada um, ao recordar os momentos de felicidades que viveram em suas épocas. É a Cuiabá de outrora, bucólica e acolhedora que aflora na mente e no coração de cada um.

Por tudo isso, Dr^a Vera Lúcia Pacheco de Campos, receba desta Casa e de modo muito especial do Gabinete do Deputado Zeca D'Ávila, os aplausos por tão importante evento em nome do povo mato-grossense.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de junho de 2004.
Deputado ZECA D'ÁVILA - PFL"

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA).
Com a palavra, o nobre Deputado Nataniel de Jesus.

O SR. NATANIEL DE JESUS - Sr. Presidente, eu quero voltar a falar do Pastor Marcos Pereira, lá do Rio de Janeiro.

É muito importante este assunto, porque vemos que, quando tem um conflito dentro de uma penitenciária, é um verdadeiro barril de pólvora e ninguém quer ficar perto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

E vimos, através de matérias, de reportagens, quando lá os presos amarraram alguns reféns a botijões de gás. Quer dizer, aquilo ali retrata realmente o que é um presídio: é um verdadeiro barril de pólvora, é um botijão amarrado a um refém.

E eu fico pensando: meu Deus, às vezes não se valoriza o trabalho de um cidadão simples, que vai com uma bíblia debaixo do braço até o presídio. E, às vezes, não é só pastor, é uma missionária, como é o caso. Eu, várias vezes, tive que entrar numa fila, Deputado Dilceu Dal Bosco. Uma pessoa que vai ali com uma bíblia debaixo do braço para pregar a palavra de Deus para aquelas pessoas que estão sofrendo, que são rejeitadas pelo Estado, pela sociedade e, muitas vezes, pela própria família, ainda tem que ficar numa fila, a fila da revista, a fila da geral. O pastor, o missionário, a pastora, a missionária é colocada ali, é exposta ao ridículo, e toda semana que o missionário e a missionária vão ao presídio, são expostos ao ridículo naquela vistoria.

Nós tivemos no Rio de Janeiro, há poucos dias, um episódio... E não foi só no Rio de Janeiro, aliás, aqui em Cuiabá também tivemos o problema da fuga de 39 detentos do Carumbé; tivemos também em Minas Gerais o problema de motim nos presídios; mas lá no Rio de Janeiro, eu quero focalizar mais o Rio de Janeiro justamente devido à participação do Pastor Marcos Pereira da Silva... Vejam bem, três dias após ter iniciado o motim, toda aquela confusão, incêndio, matança, mutilações, alguém lembrou de um pastorzinho, de um pastorzinho que ia lá pregar, falar a palavra de Deus, lembraram dele: “Quem sabe, ele não pode ajudar?”.

Então, o Secretário de Estado Anthony Garotinho ligou para o pastor e perguntou: “O senhor pode ir lá na Casa de Detenção?” Isso, três dias depois. E aquele pastor, com toda humildade, prontificou-se a colaborar. E ele disse, ele mesmo já tinha avisado: “Quando houver um motim, quando houver uma rebelião, podem me chamar”.

É justamente para isso, esse é o trabalho que os pastores e os missionários têm feito nos presídios, nas delegacias. O trabalho deles no xadrez não é para amansar aqueles que estão ali, mas para mudar o comportamento deles, para convertê-los, não converter a um segmento, mas converter a Deus, mudar o pensamento deles, porque só mudando esse pensamento é que eles vão deixar a criminalidade, vão sair da marginalidade e vão ser reintegrados à sociedade. A mesma sociedade que os lançou fora, a mesma sociedade que não deu condição de trabalho para eles, a mesma sociedade que não teve estrutura, seja ela religiosa, seja educacional ou trabalhista, essa mesma sociedade deveria parar e pensar um pouco mais na reabilitação daquelas pessoas que estão ali presas.

Não é apenas pegar um cidadão que cometeu um delito, abandoná-lo, lançá-lo num presídio, fazendo daquele presídio apenas um depósito de gente. Daí as explosões, daí as reações, porque ninguém, por mais que tenha cometido um delito, ninguém quer ser tratado como um animal irracional, ninguém quer passar pelo que aquelas pessoas estão passando ali dentro. Muitas vezes, até quem vai visitá-los, a própria família, ou os religiosos, também passam por momento terríveis, por momentos de pressão, pela própria sociedade, pela instituição que está no comando, na direção do presídio ou da delegacia.

Eu quero dizer que, muitas vezes, não é só a polícia que resolve. Não é só a polícia, seja ela qual for, que resolve o problema de segurança no Estado. Nós vimos que o Secretário de Estado de Segurança do Rio de Janeiro teve que apelar, e apelou mesmo, para uma pessoa aparentemente inofensiva, cheia de humildade, coerente, porque estava em sua mão a condição de acabar com aquele motim.

Foi isto que aconteceu, Deputado Zeca D’Ávila, com a intervenção do Pastor Marcos Pereira, ao chegar naquela casa de detenção levando a palavra de Deus, fazendo uma oração, aquele momento foi crucial, foi o momento em que acabou aquele motim, em que se deu o final, em que se deu por finalizado aquele motim, toda aquela rebelião. Poderiam, até mesmo, ter

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

sido evitadas aquelas mortes, as mutilações, a pressão psicológica. Poderia ter se evitado tanta coisa se tivessem dado mais liberdade para as pessoas, eu não falo só da Casa de Detenção de Benfica, mas eu falo isso abrangendo todas as casas de detenção do Brasil, e eu peço que aqui no Mato Grosso sejam abertos, que sejam dadas condições para aqueles que querem fazer um trabalho de evangelização em presídios como o do Pascoal Ramos, da Mata Grande e a Cadeia do Carumbé.

Nós podemos, Deputado Zeca D'Ávila, ir ao presídio, que Vossa Excelência notará que de ala para ala há diferença. Aquela ala onde é pregada a palavra de Deus, aquela ala é muito mais tranqüila; naquela ala o diretor e os inspetores estenderam os trabalhos com os presos. E naquela ala onde se recusa a ouvir a palavra de Deus, onde se recusa a participar de um simples culto de evangelização ou culto evangelístico, aquela outra ala é mais barulhenta, é mais agitada, dá mais trabalho.

Eu quero exaltar, mais uma vez, o trabalho de evangelização dentro dos presídios, e gostaria muitíssimo que esse trabalho fosse exaltado, fosse observado, que a Secretaria de Justiça e Segurança Pública pudesse dar mais oportunidade, mais credibilidade aos pastores, aos missionários, aos religiosos que fazem um trabalho de graça, um trabalho de reestruturação, um trabalho junto aos presídios para trazer aquelas pessoas que estão na marginalidade de volta à sociedade.

Reintegrar à sociedade é um trabalho importantíssimo que esses missionários fazem nos presídios e que, muitas vezes, não tem valor. Só mesmo quando estoura um motim, só quando há uma rebelião do porte dessa que aconteceu no Rio de Janeiro, é que lembram do pastor. Aí, lembram, quem sabe se ele não pode ajudar. Com certeza, os pastores e os missionários podem, sim, ajudar, e ajudar muito.

E quero dizer também que, no sábado, eu estava num casamento numa igreja Assembléia de Deus, no bairro Pedregal, aqui em Cuiabá, e um pastor me falou: "Deputado, às vezes queremos evangelizar, mas chegam pessoas da Prefeitura que nos impedem de evangelizar nas ruas, nas praças..." Dizem que as pessoas quando jogam papelzinho no chão, estão sujando as ruas da cidade. Até parece que Cuiabá está muito limpa! Basta vermos os rios, as ruas, os terrenos vazios, que veremos quanta coisa tem de se fazer, tem de se limpar. Não é um papelzinho, que alguém recusou na rua e jogou no chão, que vai entupir os bueiros e os esgotos de Cuiabá. Muito pelo contrário, quem sabe não vai ter alguém que vai encontrar, ler aquele papelzinho e ainda vai se salvar?

O trabalho evangelístico, com certeza, é um trabalho de suma importância, seja ele onde for. Seja nos presídios, seja para aquele que está preso, seja para aquele que está livre.

Agradeço a atenção de todos e, mais uma vez, quero exaltar a importância desse trabalho, quero exaltar a importância do Pastor Marcos Pereira, corajoso, muito bravo. Enfrentou coisas que homens com armas na mão não teriam coragem de enfrentar. Quem teria coragem, naquele momento, de entrar num presídio, onde havia pessoas amarradas a botijão de gás pronto para explodir? Quem teria coragem, quem seria o corajoso, quem seria o petulante, quem seria o bravo guerreiro capaz de entrar num presídio num momento de motim, num momento de rebelião? Um pastor entra. Aquele que confia em Deus, aquele que tem certeza, que tem convicção do que faz, convicção da palavra que leva, esse tem coragem de entrar em qualquer batalha. Esse tem coragem de entrar ali, pregar e sair dali como vencedor.

Aliás, a palavra de Deus, Deputado Zeca D'Ávila, é para isso mesmo, é para trazer paz aos corações dos homens. Que a paz de Deus esteja, neste momento, no coração de todos aqueles que estão me ouvindo. Muito obrigado.

Não quero delongar. Vou deixar uns doze minutos restantes para o próximo que vai palestrar. Muito obrigado, Deputado Zeca D'Ávila (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ZECA D'ÁVILA) - Convido o Deputado Silval Barbosa para assumir a Presidência.

(O SR. DEPUTADO SILVAL BARBOSA ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:20 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Coma palavra, o Deputado Zeca D'Ávila.

O SR. ZECA D'ÁVILA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, público aqui presente, imprensa.

Deputado Nataniel de Jesus, eu aprendi que religião não se discute. Mas eu quero dizer que Vossa Excelência, ao final de sua palestra, de sua fala, foi muito feliz em dizer que a palavra de Deus é a verdade. Independentemente de religião é muito importante a palavra de Deus.

Mas fico preocupado, até certo ponto, porque nós estamos precisando começar a evangelizar lá fora, pois aquele povo que está lá dentro não é bonzinho. Não tem nenhum santinho lá dentro para termos tanta piedade desse povo. Nós precisamos ter piedade dos que sofreram as conseqüências dos que estão lá dentro, dos que estão fora e estão sofrendo a pressão da bandidagem que lá dentro fazem.

Eu sou um pouco mais severo, um pouco mais duro nesse aspecto. Acho que tem que levar, que tem de falar em Deus para eles, mas não se tem que levar balinha, doce, para eles. Eles têm de ficar lá como o Beira-Mar que é incomunicável, porque é uma bandidagem que não tem tamanho.

Então, eu acho que a evangelização, se começarmos aqui fora, é muito mais frutífera do que lá dentro. Lá dentro aquele povo tem que ser tratado com rigor para que não tenha condições de fazer essa baderna, de tocar fogo em colchão. Colocam fogo... Acabam de fazer um presídio, eles arreventam tudo, e não têm conseqüência nenhuma. E a população está pagando isso tudo. Refém, cortam pescoço... Ah, não é possível! Tem que ser um pouco mais severo, na minha opinião. Não se pode brincar muito com esse povo, não, porque eles fazem isso tudo conosco mesmo.

Então, vamos começar a evangelizar aqui fora. Vamos pedir para a Prefeitura deixar o evangelho com o católico, com o espírita que fala em nome de Deus, começar a pregar aí pelas ruas afora, pelos bairros, que é melhor do que lá dentro do presídio. Não que eu seja contra que lá dentro do presídio o faça, não - é essa a minha colocação -, mas é preferível pré-presídio, na minha ótica.

Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Deputados, eu também gostaria de lembrar que, aqui, ainda não foi lembrado nesta Casa que ontem foi aprovado na Câmara Federal o minguado salário de duzentos e sessenta reais que o PT impôs ao trabalhador brasileiro. Impôs de uma forma dura, de uma forma capitalista, mandando buscar Deputado de avião a jato, da FAB, deliberando verba, coisas dessa natureza para pressionar o Congresso Nacional a votar esse minguado salário de duzentos e sessenta reais.

E pior do que duzentos e sessenta reais, o trabalhador não perde quinze reais, ele perde trinta reais. Ele deixou de ganhar os trinta reais e perdeu os trinta reais que o PFL e o PSDB colocaram - que não são também essas vantagens lá tão satisfatórias, quinze reais a mais. Não é para nós, Deputado Nataniel de Jesus, mas para o trabalhador é sim.

Eu fico preocupado, Deputado Silval Barbosa, com a Deputada do seu Partido, lamentavelmente, minha amiga particular, Deputada Teté Bezerra, também, Deputado Nataniel de Jesus, sob pressão para votar duzentos e sessenta reais.

É lamentável! A Deputada Teté Bezerra tem consciência da necessidade de votar mais do que duzentos e setenta e cinco reais, mais do que duzentos e sessenta reais, mais do que a promessa de campanha do Governo Lula. O trabalhador brasileiro é ou parece-me que era a bandeira

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

do PT até chegar ao Governo. Parece que hoje o trabalhador brasileiro não é mais bandeira do PT, porque dar esse castigo, castigo fervoroso, usando o capitalismo do mais alto, que nem Fernando Henrique usou, com avião para buscar Deputado para votar de última hora.

Chegou ao poder, mudou a afinação da viola. Então, eu fico preocupado com esse tipo de coisa neste País, que os R\$15,00 movimentariam a economia no Brasil. É pouco, mas aumentaria. Nós ficamos preocupados...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Deputado Zeca D'Ávila, peço sua permissão para convocar o Deputado Mauro Savi para assumir a Presidência.
(O SR. DEPUTADO MAURO SAVI ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:27 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Continua com a palavra o orador da tribuna.

O SR. ZECA D'ÁVILA - Continuando, Deputado Mauro Savi...

O Sr. Ságua - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado?

O SR. ZECA D'ÁVILA - Só concluirei um pensamento, Deputado Ságua, e concederei a palavra a Vossa Excelência.

Eu fico preocupado. Além disso, as promessas de emprego viraram desemprego arraigado por este Brasil afora. Nós estamos à beira... Nós vimos aí a manifestação, Deputado Ságua, de madeireiros da sua região. Se o Governo não normatizar e pôr o IBAMA para trabalhar, o desemprego será um monstro no Estado de Mato Grosso, em função de falta de responsabilidade, de normatização para que esses madeireiros possam trabalhar e dar esse emprego, que é em torno de 15 a 20 mil empregos diretos. Esse povo vai ficar desempregado, porque o IBAMA não tem capacidade de trabalho, não tem pessoal, não tem condição de fiscalizar, não tem condição nenhuma de trabalho, está emperrando o trabalho desse pessoal no norte do Estado de Mato Grosso.

Concedo a palavra ao Deputado Ságua.

O Sr. Ságua - Obrigado pelo aparte, nobre Deputado Zeca D'Ávila.

Eu quero dizer que o salário mínimo, concordamos, é um salário mínimo baixo. O Governo Lula também acha que é um salário baixo, porém foi o salário possível. A situação em que o Governo Lula assumiu o Brasil era das mais precárias, uma situação de crise. E a culpa da crise quando assumimos o Brasil não era nossa, era dos partidos que estavam no Poder, inclusive o partido de Vossa Excelência.

Então, eu quero dizer, sim, que o Governo Lula sabe que se aumentasse o salário mais do que estava - foi colocado isso claramente - quebraríamos de vez a previdência que já passa por muitas dificuldades. E daí a necessidade da reforma da previdência.

Obviamente, não podemos ficar com esse salário a vida toda. O Governo Lula disse, na campanha, que ele pretende dobrar o valor real do salário mínimo em quatro anos de mandato. Eu ainda acredito nisso, que teremos condições de dobrar o salário mínimo nesses próximos quatro anos.

Eu só gostaria de lembrar, Deputado Zeca D'Ávila, um dado do DIEESE. O DIEESE publicou, tão logo saiu o resultado do salário mínimo, que utilizando 54% do salário mínimo, mesmo baixo como está, com a estabilidade da economia, conseguiu comprar uma cesta básica e que no último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso gastava-se 77% do salário mínimo para comprar uma cesta básica. Então, isso quer dizer que apesar de baixo melhorou o poder de compra do salário mínimo, um pouco.

Com relação ao desemprego e ao IBAMA, eu vou falar daqui a pouco, que também são as mazelas do Governo anterior que não permitiram que esses órgãos funcionassem de forma adequada. Muito obrigado.

O SR. ZECA D'ÁVILA - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

O Sr. Pedro Satélite - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. ZECA D'ÁVILA - Agorinha, Deputado. Só concluirei e darei o aparte a Vossa Excelência.

Gostaria de dizer a Vossas Excelências que Vossas Excelências vão passar pelo Governo dizendo que as mazelas eram do Governo passado, e não vão fazer nada. Vossas Excelências tinham consciência do que estava pela frente. Então, não adianta culpar ninguém. Vossas Excelências são os responsáveis, hoje, pela condução do País. Eu não tenho dúvida, e ninguém tem dúvida. E o próprio PT tem que ter essa consciência de que a responsabilidade é do PT e da base aliada do PT, que estão governando.

(O SR. DEPUTADO SÁGUAS FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. ZECA D'ÁVILA - Mas não está fugindo. Vossa Excelência falou ali que Vossas Excelências pegaram as mazelas. Tinham consciência plena de que iam pegar as mazelas e diziam que iriam consertar este País, e até agora nada, dois anos de Governo, nada. Só piorou, Deputado Ságua! Só piorou! E eu estava acreditando na melhora do PT.

Concedo o aparte ao Deputado Pedro Satélite.

O Sr. Pedro Satélite - Deputado Zeca D'Ávila, eu só queria um minuto da sua atenção. Esse é o exercício da democracia, só que serve de alerta a todos os candidatos a prefeito e a vereador no pleito de 03 de outubro. É o exercício da democracia, mas é o exercício da mentira também. Não prometa aquilo que não se pode cumprir! Essa é a única coisa que eu coloco, porque se se prometer em palanque aquilo que não se pode cumprir, cria-se constrangimento, porque um vota a favor, outro vota contra. Na verdade, a classe política vai se desmoralizando por causa desse tipo de coisa, Deputado.

Então, faço aqui essa observação, que os candidatos a prefeito e a vereador, de qualquer partido, em palanque, quando forem pedir voto, falem a verdade, porque a população quer ouvir a verdade. Se falar que vai procurar melhorar, porque sabe que é uma injustiça esse salário e tal... Agora, se afirmar em palanque que vai fazer isso e depois não fazer, é complicado! Cria esse constrangimento que está criado hoje em nível de Brasil, tanto na oposição, como na situação.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. ZECA D'ÁVILA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Fico preocupado, porque o PT vem aqui na tribuna desta Casa pedir reajuste salarial constante ao Governo do Estado. É de praxe! É normal isso acontecer! Mas quando o PT vota os R\$260,00, não vem à tribuna dizer que é injusto, não vem à tribuna dizer que a Senadora Serys Silhessarenko votou diferente, não reconhece essas coisas, só joga a culpa nos Governos passados! Não pode! Tem que parar com isso! Quem vai assumir? E foi muito bem dito pelo Deputado Pedro Satélite. Os pretensos prefeitos para o próximo mandato vão encontrar problema. E se ficarem falando: "Ah! Já peguei mazela! Foi mazela do PFL! Foi mazela do PSDB que estava no Governo, por isso que eu não dou conta de consertar!" Não deveriam ter se candidatado, porque vão encontrar dificuldades! De qualquer partido que está no Governo! O PT tinha certeza absoluta de que iria encontrar dificuldade para administrar este País, só que ele não está fazendo aquilo que prometeu. Ele mudou de lado. Preocupa-me o capitalismo que incorporou ao PT rapidamente ao chegar ao poder. Essa é uma grande preocupação, porque no nosso tempo de Governo buscava-se de ônibus, de carro, os Deputados para votar. Agora, busca-se de jatinho.

O PT achou bom o poder. E, de fato, não é ruim o poder, mas o que me preocupa é a transformação, rapidamente, de hoje para amanhã. Ontem, estava sem comer carne, hoje está comendo faisão! Ora, que PT é esse? Como é que muda rapidamente? Como é que muda rapidamente, assim, minha Nossa Senhora? Nós que tivemos no governo...

A Sr^a Verinha Araújo (DE SUA BANCADA) - Eu vou responder.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

O SR. ZECA D'ÁVILA - Vossa Excelência pode responder e eu quero que Vossa Excelência responda.

Nós que tivemos no poder, toda vida comemos faisão. Vocês nos criticavam, diziam que éramos isso, aquilo e aquilo outro. Hoje está acima da expectativa, superou, transformou rapidamente, mandando buscar Deputado de jato para votar por um salário miserável de duzentos e sessenta reais! E prometeram que vai a trezentos dólares, quando eu não sei. Eu tenho impressão... Cem dólares, o Deputado está me corrigindo. Não vai ser possível.

Eu tenho a impressão de que só após o Governo Lula é que vai chegar aos cem dólares, e não tenho dúvida nenhuma.

A Sr^a Verinha Araújo - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado, depois?

O SR. ZECA D'ÁVILA - Com certeza, agora. Eu tenho a honra de lhe conceder o aparte, quero ouvi-la. E quero Vossa Excelência, a jato, me apartando (RISOS).

A Sr^a Verinha Araújo - Deputado, Vossa Excelência hoje que me provocar.

O SR. ZECA D'ÁVILA - Mas educadamente.

A Sr^a Verinha Araújo - Com certeza.

Deputado, nós dois estamos corretos, Vossa Excelência enquanto PFL, o PT enquanto Partido dos Trabalhadores, porque eu tenho certeza de que, na tentativa de construir o melhor para o povo brasileiro, todos estão imbuídos em construir a melhor proposta, a melhor política salarial.

Ocorre que ontem, inclusive, eu acompanhei o final da votação em relação ao salário mínimo e temos que sair desse embate entre duzentos e sessenta e duzentos e setenta e cinco. Esse é o grande desafio que está colocado a todos os Parlamentares, é uma luta suprapartidária para discutirmos a melhor política salarial neste País. E, nesse sentido, Deputado, o PFL, que já comeu bastante faisão, com certeza, hoje está na Oposição...

O SR. ZECA D'ÁVILA - Comendo sardinha!

A Sr^a Verinha Araújo - Eu nunca comi faisão, Deputado, e nem quero comer faisão, e quero comer arroz e feijão mesmo, que é bem gostoso.

Mas é importante reconhecermos que o PFL, no âmbito do Governo Federal, é Oposição e faz uma Oposição junto com o PSDB, que está no seu papel, perdeu as eleições e tem que estar na Oposição. Assim como nós, do Partido dos Trabalhadores, éramos Oposição ao PFL, no Poder, hoje estamos sendo Governo. E o PFL, que nunca foi Oposição e que agora está no papel de Oposição, tem que reclamar mesmo do salário mínimo e tem que cobrar mesmo um salário mínimo maior. Mas Vossa Excelência há de reconhecer, Vossa Excelência que inclusive é do setor da agricultura, da pecuária, há de reconhecer que a economia, que não adianta atacar a questão do salário mínimo sem resolver o problema macro do país, e esse é o desafio de todos nós. E, nesse ponto, o Governo está imbuído em construir as melhores condições para retomar o crescimento, retomar a geração de emprego, para com isso, inclusive, criar as condições para que o salário mínimo seja muito melhor do que duzentos e setenta e cinco, do que cem dólares, etc.

Então, Deputado, quero dizer a Vossa Excelência que pode ficar tranquilo, que eu, por exemplo, como Deputada Estadual e Parlamentar do Partido dos Trabalhadores, também, muitas vezes fico constrangida, porque queremos o melhor para o povo, mas as condições que hoje estão colocadas, infelizmente, nos limitam a isso, mas o grande desafio é criarmos as possibilidades desse salário mínimo ser alterado.

E o PFL, que governa vários Estados, que hoje é Governador de vários Estados, os Parlamentares que defendiam um salário mínimo de duzentos e setenta e cinco reais ontem na Câmara sabem muito bem que nos seus Estados o Governador era contra. Então, são essas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

contradições que nós vivemos e que, no âmbito da democracia e do diálogo, temos que enfrentar e vamos enfrentar, Deputado, pode ficar tranqüilo, com todas as dificuldades, tendo o PFL lá, no Governo Federal, na oposição. E aqui no Estado o PFL não é oposição, é situação.

Estamos vendo aqui os papiloscopistas querendo mais que 7,67% de aumento. Essas são as contradições que nós enfrentamos, está certo?

Então, eu agradeço a fala de Vossa Excelência e dizer que é nessa posição de diálogo que vamos construir o melhor País. Com tranqüilidade, está certo, sem bagunça, sem baderna... (NESTE MOMENTO, O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. ZECA D'ÁVILA - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas fico preocupado, nobre Deputada, pelo seguinte: O PFL foi Governo, soube ser Governo. Hoje, o PFL sabe ser Oposição. O PT soube ser Oposição e hoje não sabe ser Governo. Mudou, caracteristicamente, totalmente, a sua posição. É esta a preocupação. Preocupa-nos por aí, Deputada, porque ontem era uma briga ferrenha por causa de salário, por causa de avião, por causa de, enfim, inúmeras coisas.

Primeira atitude do Lula foi comprar um *Boeing* zero. Zero! Não pode andar no... Como é o nome do trem? Carroção? Sucatão! Não dá conta de andar, humilde como ele é, do nordeste a origem dele, não anda de sucatão. O povo andando a pé, de ônibus, subindo o óleo diesel, a gasolina, a comida não está subindo mais porque o setor produtivo está produzindo e estamos exportando.

Esta é a grande verdade que o PT não conta. E já mandou o dinheiro do sucatão para o boeingão, e anda lotadão, enquanto o povão de bondão e a pezão.

Ora! Aí muito bem, o Deputado Carlão Nascimento me lembrando, a Deputada Verinha Araújo quer licitação para comprar pasta de dente. Sucatão sem licitação. E importante é que tudo rima: sucatão, bondão, licitação. Parece brincadeira do Zecão falando tanto “ão”, mas é a posição do “petezão” hoje. Meus Deus do céu, como é que muda do dia para a noite? Isso não pode acontecer. A verdade vai aparecendo. Impedem... No passado era CPI até de palito de fósforo, hoje, impedem CPI! Como se chama o homem da CPI que não deixaram acontecer?

O Sr. Carlão Nascimento (DE SUA BANCADA) - Valdomiro.

O SR. ZECA D'ÁVILA - Valdomiro. O sangue lá... O morcego... Como é que chama a outra do morcego, do sangue?

O Sr. Ságua (DE SUA BANCADA) - É do Governo passado.

O SR. ZECA D'ÁVILA - É tudo do Governo passado, mas tem que se dar solução no Governo atual. Nós vamos largar isso até quando? O moralista PT, que só pregava a moralidade, hoje quer deixar para o Governo que vem. Não quer acertar nada. Então, isso me preocupa.

São críticas, Deputada, com vontade de que possamos acertar. Não são críticas... O PFL e o PSDB fazem críticas construtivas. Não estamos aqui denegrindo a imagem de ninguém, nem baixando o nível da discussão. Nós estamos mostrando a realidade à população, que queria votar mais uma vez no PT e não vai votar mais.

A Sr^a Verinha Araújo (DE SUA BANCADA) - Vamos ver, Deputado. Vamos aguardar o resultado das urnas.

O SR. ZECA D'ÁVILA - Vossa Excelência viu hoje a popularidade do Lula? De 36% que estava, já chuuiu... É como água morro abaixo e fogo morro acima...

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Vossa Excelência dispõe de um minuto para concluir.

O SR. ZECA D'ÁVILA - Srs. Deputados, Sr^a Deputada, para concluir, eu quero dizer que fico realmente penalizado com o trabalhador brasileiro, com o que o PT fez com o trabalhador brasileiro ao dar esse miserável salário de R\$260,00. É uma pena. O PT que trabalhou a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

vida inteira, vinte anos de PT, com a bandeira do trabalhador, trair hoje o trabalhador! Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, pela Liderança, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, eu acho até bom que isso aconteça aqui na tribuna, porque nós temos que começar a discutir um divisor de águas neste Parlamento. Não adianta quereremos dizer que joio mistura com trigo.

Eu quero pedir para a Bancada do PT... Inclusive, numa reunião que tive com o PT lá em Rondonópolis, em minha casa, onde havia mais de trinta petistas, eu disse que nós não podemos mais aceitar o que está acontecendo. Tudo que é bom, que acontece neste Estado, quem faz é o Governo do Estado; e tudo que é ruim, o culpado é o Governo Federal.

Dias atrás, houve um torneio de vôlei nacional, em Rondonópolis, e quem entregou toda a premiação foi o Governo do Estado, Secretários de Estado, não teve um petista sequer entregando uma premiação lá, mesmo sendo uma promoção do Governo Federal, do Governo Lula.

A estrada de Sapezal a Comodoro é um asfalto feito com dinheiro federal, e eu estou vendo poucas vezes o PT e a bancada aliada defenderem o Governo em relação a esses recursos federais.

Em Rondonópolis, o maior conjunto habitacional que está sendo feito agora, no Distrito da Vila Operária, é com recurso federal do Governo Lula e da Caixa Econômica.

Só agora, o Governo Lula está liberando mais de dez milhões de reais do BNDES para asfaltar a cidade de Rondonópolis, e o prefeito sequer fala, em Rondonópolis, que é o Governo Lula que está liberando esses recursos para asfaltamento.

É bom mesmo ouvirmos o que ouvimos aqui hoje do Deputado do PFL, por que nós temos que separar o joio do trigo. Olhem, se nós ganharmos a prefeitura de Rondonópolis, eu vou debater isso com o Presidente Lula, eu vou conversar sobre isso com o Presidente Lula, porque, na verdade, ele esteve em Rondonópolis, nós participamos de uma reunião com ele, e eu coloquei essas questões do governo dele. O PT não está divulgando o Governo do Presidente Lula, e a base aliada está extremamente oportunista, porque aquilo que é bom, ela defende, e aquilo que é ruim, não defende. Já critiquei o Governo Lula aqui e posso criticá-lo novamente, mas nunca deixei de assumir que o meu partido está na base aliada.

A reforma agrária, por exemplo, tem que melhorar? Tem. Mas ficar caçoando do Governo, que pega o poder depois de quinhentos anos, tempo em que uma elite dominante assumiu este país, isso nós não podemos conceber. Foi uma elite que comandou este país durante quinhentos anos e sempre olhou para o seu lado.

Isso ninguém fala, mas eu acho que o PT tem que ser mais audacioso também. Eu dou o exemplo do FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste...

A Sr^a Verinha Araújo - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo um aparte a Vossa Excelência, mas eu quero, Deputada Verinha Araújo, pedir para a bancada do PT, não para Vossa Excelência, mas estou mandando um recado para a Bancada o PT, Vossa Excelência eu respeito, porque nós estamos na tribuna questionando o PT, porque o PT tem que começar a assumir mais seu partido e não ficar acendendo uma vela para Deus e outra para o diabo.

Concedo um aparte a Vossa Excelência.

A Sr^a Verinha Araújo - Deputado, eu não quis enfrentar o debate no nível que o Deputado Zeca D'Ávila trouxe, porque o PFL não tem moral nenhuma para vir cobrar o Governo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

Lula. Não tem moral. O PFL ficou quinhentos anos no poder, massacrando o povo brasileiro, perseguindo aqueles que lutaram contra a ditadura. Nós sabemos de muitas denúncias que envolveram o PFL. Se formos fazer esse debate aqui, vamos ficar a manhã inteira e não terá Sessão. Então, eu não vou entrar nesse nível, porque o PFL...

Ontem, o Deputado Renildo Calheiros falou uma coisa no final do debate do salário mínimo, que foi o seguinte, disse que o PC do B, o PT e o PSB não serão a esquerda que a direita quer que nós sejamos, porque essa direita quer o PT no radicalismo, para se aproveitar dessa situação e depois ganhar o poder, porque muitos desses senhores estão torcendo para o Governo Lula não dar certo, para eles voltarem depois e fazerem pior do que já fizeram com o povo brasileiro.

O PFL ficou quinhentos anos, desde quando o Brasil foi colonizado, no poder e agora tem que amargar ficar na oposição, porque não tem poder, não está mamando nas tetas do Governo, como mamou no passado, e agora tem que se submeter ao Partido dos Trabalhadores, mas tem que ter paciência, porque nós não vamos fazer as loucuras que alguns da direita querem que nós façamos.

O Presidente Lula está tranqüilo. Ele disse ontem em Nova Iorque que não está preocupado com o resultado eleitoral, ele está preocupado com o país, com o povo brasileiro e para isso têm que ser construídas bases sólidas, para sustentar o Governo e para que, no futuro, se colham os resultados necessários, que precisam ser colhidos neste país.

Deputado...

(NESTE MOMENTO, É DESLIGADO O MICROFONE DE APARTES.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Mais um minuto para a Deputada.

A Sr^a Verinha Araújo - Eu vou dizer: Vossa Excelência está correto.

A falha do nosso Governo é a comunicação. A falha é acreditarmos em Governadores que em Brasília passam a mão no ombro do Presidente, mas quando chegam aqui é “pau” no Governo Lula; que não têm a hombridade de reconhecer, numa inauguração de obras como as casas populares que Vossa Excelência citou, que 90% do dinheiro são dinheiro federal e que somente 10% são do FETHAB, mas faz placa maior do que a obra e diz que o dinheiro é do FETHAB, o que não é verdade.

Muitas prefeituras que vão inaugurar as obras da Caixa Econômica dizem que a obra é delas - o que é uma mentira -, mas o povo não é bobo, e está olhando. Nesse sentido, eu quero saudar a fala de Vossa Excelência e desejar sucesso na disputa que Vossa Excelência vai fazer em relação à Prefeitura de Rondonópolis.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu agradeço, Deputada.

E quero dizer que o Golpe Militar de 64 foi um erro das esquerdas que radicalizaram demais, que fizeram o próprio jogo da direita e, daí, os militares assumiram o Governo por mais de vinte anos, em que o PFL, que era o PDS... Foi a época em que houve maior concentração de renda, em que acabaram os bancos cooperativos, em que acabaram as lutas pela reforma agrária, em que acabaram os grandes ladrões deste País. A Revolução de 64 se transvestiu, o PFL, o PDS se transvestiu por trás para se locupletar os interesses deles, ter os interesses deles, como é o caso do FCO e de outros recursos em que só a elite pegou dinheiro até então.

Nós vamos fazer distribuição de renda neste País não da noite para o dia, mas teremos que fazer. Reconheço, também, que há uma necessidade do Governo do PT ter mais agilidade, mais rapidez, mais habilidade para conduzir o processo. E isso eu acredito que temos que discutir.

No mais, Sr. Presidente, eu quero aqui... Falta-me um minuto e meio, mas o tempo do Grande Expediente acabou. Em respeito a Vossa Excelência eu encerro a minha fala, dizendo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

para o Deputado que nos antecedeu que nada melhor do que um dia após do outro. Nós vamos - se Deus quiser - fazer um País melhor.

Esse discurso é um discurso populista, basista e que não tem conteúdo.

O Sr. Zeca D'Ávila (DE SUA BANCADA) - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Concederei a palavra, após a Ordem do Dia. Nós começaremos a Ordem do Dia.

O Sr. Nataniel de Jesus - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Nós estamos na Ordem do Dia. Vossa Excelência será o segundo orador inscrito.

Em discussão as Indicações de autoria dos Deputados Sebastião Rezende, Nataniel de Jesus, Ságuas e Da Silva. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Aplausos de autoria do Deputado Zeca D'Ávila à família da Sr^a Vera Lúcia Pacheco de Campos, pela realização da tradicional Festa de São João Batista, São Benedito e Santa Rita de Cássia, no bairro do Porto, nesta Capital.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações de autoria do Deputado Carlão Nascimento ao Município de Glória d'Oeste, extensivo ao Prefeito Roberto Carlos Barbosa e ao Presidente da Câmara Municipal, João Alves de Alvarenga, pela data comemorativa do seu aniversário, no dia 24 de junho.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Louvor de autoria da Deputada Verinha Araújo à Delegacia 2/2, de Rondonópolis, da Polícia Federal, pela apreensão de carretas que trafegavam na BR-163 com excesso de carga.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Solidariedade de autoria da Deputada Verinha Araújo ao Ministério Público, a ser encaminhada ao Supremo Tribunal Federal, pela continuidade da autonomia do Ministério Público na iniciativa do ato investigativo.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Carlão Nascimento, aos Exm^{os} Srs. Waldir Júlio Teis, MD. Secretário de Estado de Fazenda; Yênes de Jesus Magalhães, MD. Secretário de Estado de Planejamento; e Geraldo Aparecido de Vitto Júnior, MD. Sr. Secretário de Estado de Administração, para que disponibilizem senhas de acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, Sistema de Acompanhamento da Arrecadação, Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR, e ao Sistema de Administração de Pessoal para que esta Comissão possa desempenhar as suas atribuições em toda a sua plenitude.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria da Deputada Verinha Araújo, ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso, solicitando a relação dos precatórios pendentes de pagamento pelo Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei Complementar nº 10/04, Mensagem nº 25/04, de autoria do Poder Executivo, que altera a redação de dispositivos da Lei Complementar nº 79, de 13.12.00, e da Lei Complementar nº 04, de 15.10.1990, e dá outras providências com substitutivo integral. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer...

A Srª Verinha Araújo - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, para discutir, a ilustre Deputada Verinha Araújo.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Colegas Deputados, mais uma vez eu vou dizer do que se trata essa matéria. Essa matéria foi enviada para esta Casa no mês de março e altera a Lei Complementar nº 79, que trata da carreira dos servidores inativos e pensionistas do Grupo TAF.

Ocorre que nesse mesmo projeto, o Poder Executivo propõe a alteração de um artigo de uma outra lei complementar, que é a Lei Complementar nº 04, que tratado Estatuto dos Servidores Públicos. O que é que pretende essa proposição do Poder Executivo? Alterar no Estatuto dos Servidores Públicos a remoção a pedido.

Hoje, um servidor público pode ser removido de um órgão para outro ou de uma cidade para a outra só se ele pedir, se ele fizer um requerimento e solicitar essa remoção. O que o Governo quer agora é que a remoção seja feita por ofício. Ou seja, independentemente do servidor solicitar ou não, ele pode ser removido.

Vamos supor que um servidor público trabalhe em um determinado órgão que, de repente, se extingue, como estão querendo extinguir agora a Fundação Dom Aquino Corrêa. E na extinção da Fundação Dom Aquino Corrêa tem um artigo que coloca que os servidores poderão ser removidos para outros órgãos. Só que o servidor prestou concurso para a Fundação Dom Aquino Corrêa e ele só poderá ser removido se ele solicitar. E o Governo quer instituir a remoção por ofício, algo inclusive que, quando se discutiu nesta Casa o Estatuto do Servidor Público em 1990, foi uma conquista. Até 1990 os senhores lembram que as greves eram realizadas neste Estado... Vamos citar a greve dos professores em 1984. Teve aí um cidadão que mostrou uma caneta para os professores que fizeram greve, pegou os professores que fizeram greve e os removeu lá para o mais rincão distante, lá para o Araguaia, como é o caso da professora Senhorinha Alves, por exemplo, que faleceu. Esta semana inclusive teve um artigo dos dez anos de falecimento da professora Senhorinha Alves, que foi removida por ofício por conta disso. Ela não pediu, mas porque ela fez greve, ela contestou o Governo, ela foi removida por ofício. E agora, o Governo Blairo Maggi quer instituir de novo a remoção por ofício!

O Sr. Ságuas - Vossa Excelência me permite um aparte, ilustre Deputada?

A SRª VERINHA ARAÚJO - O que pode significar isso? Pode significar futuras perseguições a servidores que venham a contestar o Governo, que em algum determinado órgão contestem o seu chefe superior, aí eles serão removidos por ofício.

Então, nesse sentido, particularmente, discordo, primeiro, porque tem dois flagrantes, está alterando a Lei Complementar nº 79 dos servidores da Fazenda e nessa modificação está alterando a Lei Complementar nº 04. Na minha compreensão, não se pode alterar duas leis complementares numa mesma proposição.

A outra questão e retomar a antiga caça às bruxas. Pode algum Deputado dizer assim: “Não isso não vai acontecer, não vai ter.” Mas já teve. Há alguns meses, uns três meses, um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

servidor procurou esta Casa aqui. Ele trabalhava no INDEA do interior, era do PPS, partido do Governador, e foi perseguido, foi removido. E aí ele conseguiu barrar isso. Mas se instituir a remoção por ofício, depois das eleições municipais, passadas as eleições municipais, os senhores vão ver o que vai aparecer nos gabinetes, gente sendo removida, fruto dessa lei que nós estamos modificando agora. Nesse sentido, nós Deputados não podemos dar essa carta em branco para o Governo do Estado.

Isso é algo que os servidores públicos conquistaram no Estatuto em 1990. Eles lutaram contra a remoção por ofício. Pediram a remoção por pedido, pedido. Só o servidor pode pedir sua remoção, e com critérios inclusive. A agravante da proposição é que quem vai avaliar se o servidor vai ser removido ou não é o coordenador da perícia. Quem é o coordenador da perícia? É alguém indicado. Não é alguém de carreira, é alguém indicado. E quem é indicado, vai atender as ordens de quem? Vai atender as ordens de quem, se ele está indicado? Então, eu fico temerosa em votar essa modificação.

O Sr. Ságua - A senhora me concede um aparte, Deputada?

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu concedo um aparte ao Deputado Ságua.

O Sr. Ságua - Deputada, na sessão em que votamos essa matéria em primeira discussão teve um acordo aqui de que seria devolvida. Aliás, o Deputado Carlos Brito ficou de levar esse projeto de volta para o Governo, para fazer essa alteração. Segundo ele, a intenção não era colocar essa remoção de ofício. Já que pairava alguma dúvida com relação a isso, ou permitia que algum setor fizesse alguma ação, da forma como a senhora está dizendo, de transferência de pessoas por perseguição ou por outro motivo qualquer, então, houve aqui um acordo de que seria feita a modificação.

Pelo que observamos, não foi viabilizado isso aí. Eu creio que tem que ser retirado esse processo de pauta agora e ser remetido ao Governo, como já foi feito o acordo aqui, para fazer essa modificação. Eu acho que isso aí já foi acordado aqui e tem plenas condições de acontecer. Muito obrigado.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu gostaria de concordar com Vossa Excelência. No substitutivo que foi proposto aqui está mantido o texto. O texto diz: “Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício...” Na lei hoje é só a pedido. Então, não modificou. A nova proposição é: “Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a baixar normas complementares necessárias à execução do art. 1º”.

Quer dizer, nós estamos votando aqui que é o próprio Poder Executivo quem vai baixar as normas. Não vai nem passar por esta Casa. Está certo! Então, nós continuamos a dar carta branca para fazer a remoção por ofício.

Então, a minha proposta é retirar a palavra “de ofício”. A remoção é a pedido. O servidor público, quando presta concurso, presta para aquele órgão, para aquele local, para aquela cidade. O concurso já diz, é público. E ele só é removido se cometer uma infração, se houver uma sindicância, e não arbitrariamente, como poderia ficar, se nós aqui votarmos o texto da forma como o Governo enviou a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Continua em discussão...

O Sr. Gilmar Fabris - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O Sr. Carlão Nascimento - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Carlão Nascimento.

Após o Deputado Carlão Nascimento, o Deputado Gilmar Fabris.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, nós temos procurado ajudar muito o Governo nesta Casa. Nós temos votado com tranquilidade

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

várias e várias matérias do Governo. Eu acho que todo acordo tem que ser cumprido. Há um acordo, realmente, para que se retire desse texto a palavra “ofício”. E o que nos foi garantido na primeira votação é que tinha o compromisso e que o Governo o faria no substitutivo. Na realidade não fez. Portanto, Sr. Presidente, nós vamos pedir vista a essa matéria, porque nós precisamos fazer com que os acordos feitos por esta Casa sejam cumpridos com os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Portanto, concedo vista pelo prazo de quarenta e oito horas ao Deputado Carlão Nascimento.

O Sr. Gilmar Fabris (DE SUA BANCADA) - Eu quero discutir a matéria antes da concessão da vista.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Já foi concedida vista, Deputado.

O Sr. Gilmar Fabris (DE SUA BANCADA) - É brincadeira.

Inscreeva-me nas Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Vossa Excelência está inscrito.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 240/04, Mensagem nº 47/04, do Poder Executivo, que extingue as carreiras de servidores públicos do Poder Executivo Estadual que adiante menciona e dá outras providências.

A Srª Verinha Araújo (DE SUA BANCADA) - Vou discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Vossa Excelência aguarde eu colocar as matérias na ordem, aí Vossa Excelência discute.

Prosseguindo, a matéria versa sobre:

“I - Agentes Governamentais da Cultura - SEC;

II - Profissionais da Atividade Fundiária - INTERMAT;

III - Profissionais da Atividade Ambiental - FEMA”.

Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer...

A Srª Verinha Araújo - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, para discutir, a Deputada Verinha Araújo.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Sr. Presidente, eu vou pedir vista desse projeto de lei porque ontem fomos procurados pelo Presidente do Sindicato dos Servidores da FEMA que têm, inclusive, carreiras específicas da FEMA sendo extintas e que não foram consultados, não houve discussão com eles. Inclusive, me falaram que estão negociando com a Secretaria de Administração, e eu vejo que seria também precipitado votarmos este projeto hoje sem que essas categorias, que estão com suas funções sendo extintas, viessem sofrer prejuízo. Então, eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Deferido o pedido de vista a Vossa Excelência, Deputada Verinha Araújo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei Complementar nº 27/04, Mensagem nº 50/04, de autoria do Poder Executivo, que cria o MT Laboratório...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Vossa Excelência pode aguardar eu ler o Projeto?

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Dá para Vossa Excelência aguardar eu ler o Projeto?

Estou lendo a matéria do dia e, após a leitura, lhe concederei a palavra, pela Ordem.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei Complementar nº 27/04, Mensagem nº 50/04, de autoria do Poder Executivo, que cria o MT Laboratório, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde - SES. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu intercedi não para prejudicar a leitura da matéria, Vossa Excelência me desculpe se fui um pouco afoito. Eu pedi a palavra pela Ordem, mas Vossa Excelência me concederia a hora que achasse melhor.

Eu só quero colocar que o Deputado Carlão Nascimento está questionando alguns encaminhamentos, e queria pedir a Vossa Excelência que reanalisasse. Por mim, seria importante reavaliar essas matérias que estão sendo votadas hoje.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Nós temos a pauta colocada pela Consultoria Técnico-Jurídica e continuaremos colocando a pauta que nos foi passada para apreciação pela Casa.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu solicito aos Deputados da Bancada de Oposição que se retirem do plenário para obstruirmos as votações.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Solicito ao Deputado Zeca D'Ávila que assuma a 1ª Secretaria e proceda à verificação de *quorum*.

A Srª Verinha Araújo - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

Eu estou me retirando porque ontem propus que essas matérias específicas da saúde fossem discutidas anteriormente com o Secretário e estou aguardando essa reunião com ele para que possamos deliberar. São propostas de alterações, de reformas da saúde, e gostaria, inclusive, de partilhar com ele esse debate. Não tem condições de votarmos da forma como foi enviado, por isso estou me retirando.

O Sr. Gilmar Fabris - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, o Deputado Gilmar Fabris.

O SR. GILMAR FABRIS - Sr. Presidente, é por isso que eu digo nesta Casa, e essa fala vai mais para o Vice-Líder, Deputado João Malheiros, não se pode poupar nada, tem que patrolar. Vossa Excelência vê que eles, quando podem, em três pessoas, obstruem, fazendo uma vergonha como agora, fazem e patrolam.

Depois vêm aqui educadamente. Eles acham que só eles são sabidos, que só eles conhecem o Regimento Interno, que só eles têm conhecimento de como proceder às votações.

Eu acho que nesta Casa tem que se cumprir tudo o que estiver no regimento. Tudo. Não abrir mão de nada. Não abrir mão de nenhum direito. Cumpra-se o que está no Regimento: tem direito a pedido de vista? Conceda vista. A vista é de cinco dias? Devolva com cinco dias. Devolveu com seis? Está errado, é punido o Deputado.

Pedir, como agora, para sair do plenário, para obstruir a votação... Coisa feia. Se não existe o entendimento, não tem como ter o entendimento, se não tem como ter o diálogo... Agora poderia ter com Vossa Excelência o diálogo no sentido de se retirar os projetos sem que se obstruísse a votação. Por que, na hora em que o plenário estiver completo, com todos os Deputados de Situação, temos que ponderar aqui pedido da Oposição? Não podemos fazer mais.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

Quero dizer, Sr. Vice-Presidente, quando Vossa Excelência estiver prestando atenção, eu vou continuar a minha fala...

E quero a atenção de Vossa Excelência porque há pouco o companheiro Deputado Carlão Nascimento me disse que foi feito um acordo no projeto que ora estava discutindo. Acordo com quem? Quem faz acordo, no meu entender, é o Líder do Governo, que tem autorização, ou o Vice-Líder. Presidente da Casa não faz acordo em matéria de Governo, companheiro. Vossa Excelência vai me desculpar. Quem faz acordo em matéria de Governo é o Líder do Governo, sob pena de entregar a Liderança. Não é Presidente da Casa. Já fui Presidente e nunca fiz nenhum tipo de acordo para Dante de Oliveira. Quem fazia era o Líder do Governo. E o Líder do Governo, se fez o acordo, tem que cumprir, companheiro Carlão Nascimento. Se existe acordo.

Então, esta Casa tem que ter respeito, e não está tendo. Esta Sessão começou errada, está indo errada e está terminando de maneira realmente muito errada. Quer dizer, pediram obstrução. Se contar, não tem. Não pode nem... Eu estou falando aqui... Nós estamos brincando de ser Deputado. Aqui não tem nem gente para ser... Vocês que estão assistindo, aqui, já era para ter acabado esta Sessão. Se pedir verificação de *quorum*, não vai dar nem *quorum* para continuar. Então, é isso que eu acho.

E acho o seguinte: primeiro, eu peço ao Vice-Líder que convoque os companheiros para que venham e não dêem mais colher de chá à Oposição. A Oposição tem que ser tratada no rigor da lei.

Essa questão do Projeto que há pouco se discutia aqui, de que: “ah, o funcionário tem o direito de trabalhar no local tal”, é verdade. Faz-se um concurso para aquele local, mas o que ele mais pede na hora de fazer o concurso... Alta Floresta está um por um, ele faz para Alta Floresta. E, no outro dia, ele liga para o Deputado Zeca D’Ávila, liga para mim, porque quer vir para Rondonópolis. Aí a Deputada Verinha Araújo acha que está correto. Vem para Rondonópolis, para Cuiabá, para o melhor lugar, e está correto. Na hora em que o Governo precisar pegar um funcionário desse, porque o Governo, às vezes, está precisando em outro lugar, nem sempre você faz a coisa correta, aí não pode transferir, porque a lei não permite.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Obrigado, Deputado.

(NESTE MOMENTO, O DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Vossa Excelência está restabelecendo o *quorum*, então? Vossa Excelência tinha pedido, porque a Bancada ia sair.

O Sr. Carlão Nascimento - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Eu estou pedindo a palavra, pela Ordem, primeiro, para dizer...

O Sr. Gilmar Fabris (DE SUA BANCADA) - Sr. Presidente, peço a verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Após a palavra, pela Ordem, iremos proceder à verificação de *quorum*.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, eu estou na tribuna... Eu estou na tribuna, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Carlão Nascimento....

O S. Gilmar Fabris (DE SUA BANCADA) - Não tem *quorum*, Sr. Presidente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004,
ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Não tem *quorum* para deliberação de matérias, mas tem *quorum* para dar a palavra, pela Ordem, para o Deputado falar. Nós temos oito Srs. Deputados em plenário. Vossa Excelência me desculpe...

O Sr. Gilmar Fabris (DE SUA BANCADA) - Eu quero ver os oito Srs. Deputados, Sr. Presidente. Eu não estou enxergando! Eu estou vendo sete...

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - O Deputado Dilceu Dal Bosco e o Deputado João Malheiros estão fora do plenário... Agora, não há *quorum*.

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido Popular Socialista - João Malheiros, Pedro Satélite e Mauro Savi; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Dilceu Dal Bosco, Gilmar Fabris, Zeca D'Ávila e José Carlos Freitas; da Bancada do Bloco Parlamentar Unidade Legislativa - Carlão Nascimento e Juliano Jorge; da Bancada do Bloco Parlamentar Legislar - Da Silva, Riva e Sebastião Rezende; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Zé Carlos do Pátio, Nataniel de Jesus e Silval Barbosa; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Sâguas e Verinha Araújo.

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados: Carlos Brito, Renê Barbour e Sérgio Ricardo, do PPS; Campos Neto, do PFL; Chico Daltro e Humberto Bosaipo, da Bancada do Bloco Parlamentar Unidade Legislativa; Alencar Soares, da Bancada do Bloco Parlamentar Legislar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;

- Revisão:

- Laura Yumi Miyakawa;
- Nilzalina Couto Marques;
- Ana Lúcia Bigio;
- Ila de Castilho Varjão.